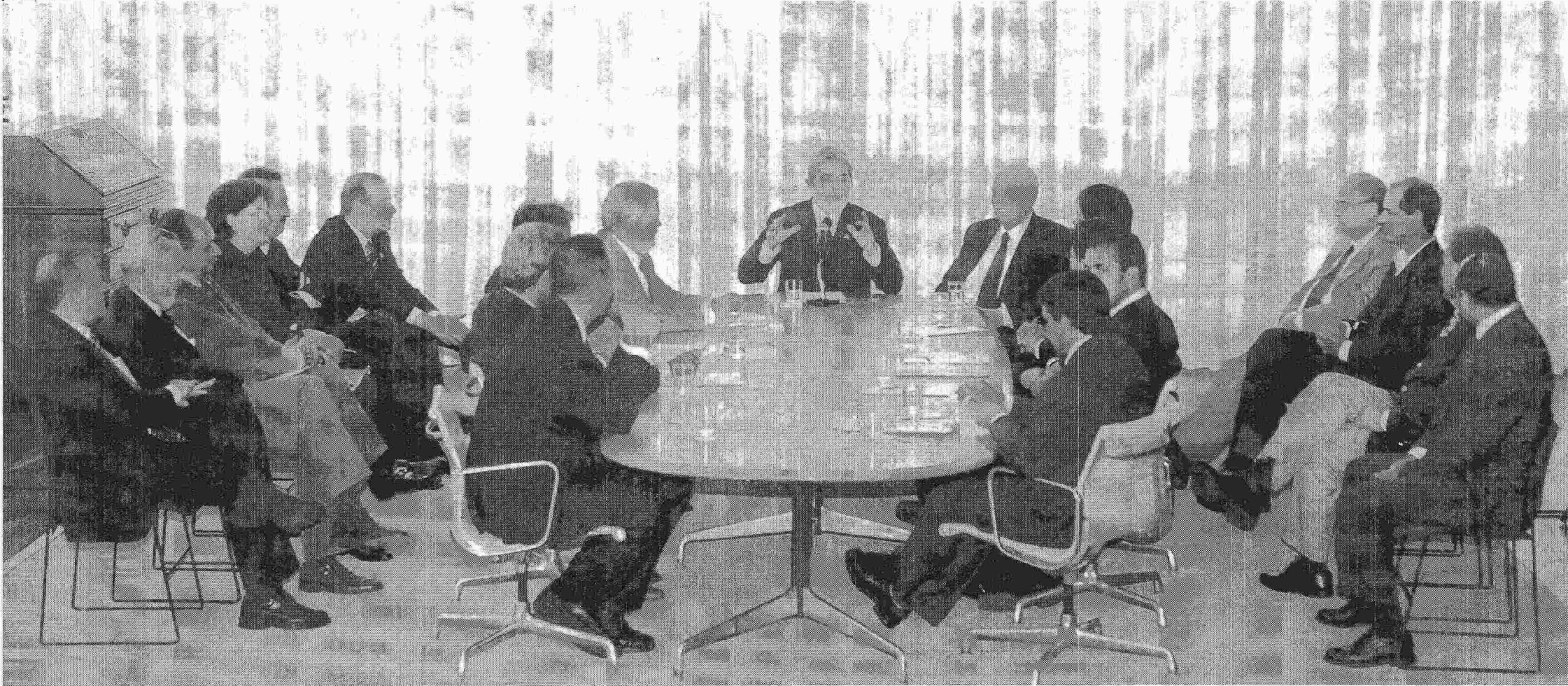




GOVERNO LIBERA R\$1,5 BILHÃO DE OITO MINISTÉRIOS E BENEFICIA ESTADOS ONDE ALCKMIN TEVE BOM DESEMPENHO ELEITORAL

José Varella/CB



LULA E OS VENCEDORES: REUNIÃO NO ALVORADA PARA ORGANIZAR ESTRATÉGIA DE CAMPANHA PARA SEGUNDO TURNO TEVE A PARTICIPAÇÃO DE GOVERNADORES ELEITOS DO PT E DOS PARTIDOS ALIADOS

DE COFRES BEM ABERTOS

SANDRO LIMA E
HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

A 25 dias das eleições, o governo federal liberou por medida provisória R\$ 1,5 bilhão para atender a demandas de oito ministérios. Parte dos recursos será utilizada para obras rodoviárias em Minas Gerais, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma votação abaixo do esperado. Em São Paulo, estado da maior derrota de Lula para Geraldo Alckmin (PSDB), será construído um centro de inteligência de combate ao crime organizado com R\$ 19,1 milhões provenientes do Ministério da Justiça. A liberação faz parte do esforço governista para melhorar a votação de Lula em regiões onde foi derrotado no primeiro turno.

Em Minas Gerais, o presidente Lula determinou a liberação de R\$ 31 milhões para o anel viário de Belo Horizonte, R\$ 10 milhões para travessia urbana em Uberlândia e R\$ 14 milhões para o trecho de duplicação de uma rodovia entre Sete Lagoas e Curvelo. Estão previstos ainda R\$ 3 milhões para obras complementares na rodovia Fernão Dias, no trecho em Minas Gerais.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, negou que a liberação tenha caráter eleitoral, pois a maior parte dos recursos (R\$ 540 milhões) são para pagamento de serviços prestados pela Caixa Econômica Federal, Serpro e Dataprev. Outros R\$ 460 milhões servirão para aprimorar a gestão de controle da arrecadação nos ministérios da Fazenda e da Previdência.

A liberação dos recursos faz parte de uma ofensiva que começou logo cedo, quando Lula reuniu sete governadores e um vice, todos das regiões Norte e Nordeste, e solicitou apoio no segundo turno. "A partir de hoje faremos uma campanha muito forte, vou cobrir todo o Brasil. A campanha não terminou para vocês. Se pensavam que iriam tirar férias, podem esquecer, não desmontem sequer a estrutura da campanha de vocês", pediu. Os governadores, por sua vez, pediram mais presença do presidente nas ruas, no corpo a corpo com os eleitores.

OBRA

R\$ 58 milhões

é o total de recursos liberados pelo governo federal para quatro obras em Minas Gerais

Lula, que desde domingo, quando viu frustrada a expectativa de vencer no primeiro turno, passou a articular intensamente os apoios para a segunda votação, assim como apelou aos governadores, também pediu aos ministros para participar ativamente da campanha. O presidente quer que até os ministros que não se licenciarem do cargo se empenhem na eleição.

Os ministros de Minas Gerais, especialmente, estão preocupados em como irão ajudar Lula no estado, onde ele obteve a maioria dos votos (50,8%) mas também viu o presidenciável

tucano Geraldo Alckmin aproximar-se perigosamente (com 40,6% dos votos). Os ministros das Comunicações, Hélio Costa, e do Turismo, Walfrido Mares Guia, estão dispostos a tirar férias nos próximos 15 dias para dedicar-se apenas à campanha presidencial. Para Costa, Alckmin teve boa votação no estado devido ao esmagador favoritismo do governador reeleito Aécio

Neves (PSDB). "Na medida em que não existe mais esta intenção de voto, agora é o candidato adversário contra o presidente Lula", analisou o ministro das Comunicações.

Carro oficial

Ontem, Hélio Costa convidou 15 colegas para almoçar e discutir a forma de fazer campanha no segundo turno. Eles pediram ao ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, que chegou ao encontro em carro oficial, para elaborar um parecer sobre a melhor forma jurídica de os ministros participarem da eleição. Até o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que nega ter a intenção de subir em palanques, promete fazer campanha "discutindo política econômica."

Para o ex-ministro Ciro Gomes (PSB), eleito deputado federal, um dos erros cometidos durante a campanha foi a falta de mobilização. "Parte do susto que levamos nós merecemos. Companheiros estavam de salto alto, menosprezaram certas questões e até se deram ao luxo de deliberar à margem da lei. Nós aprendemos a lição, mas a punição não pode ser para o Brasil", disse, referindo-se à eventual eleição de Geraldo Alckmin (PSDB).

QUESTÃO DE ÉTICA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus auxiliares deram ontem sinais claros de que vão abandonar o estilo "paz e amor" no segundo turno da eleição. Em vez de ficar na defensiva devido aos escândalos de corrupção, a ideia é partir para o ataque na questão ética. Na abertura da reunião com governadores ontem, Lula orientou o debate. "Vamos discutir profundamente a questão da ética, da corrupção. Acho que o povo brasileiro merecia uma discussão melhor, mas quando há pessoas que não têm argumento para debater política econômica e social, quando os estudos comparativos são mortais para os oito anos do governo dele, obviamente que vai procurar outra coisa para debater", avisou.

A ministra da Casa Civil, Dilma

Rousseff, nega que tenha havido erros da campanha no primeiro turno ao não enfrentar o tema da corrupção diretamente. Mas deixou claro que o objetivo agora será argumentar que, no governo Lula as denúncias foram investigadas, ao contrário do ocorrido na gestão de FHC. "Vamos tratar com toda firmeza possível a questão da ética", contou. "O PSDB tem a grande responsabilidade que é explicar por que as irregularidades cometidas no governo do PSDB restaram impunes e não investigadas."

O apoio do ex-governador Anthony Garotinho, que já sofreu denúncias de corrupção, ao candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, foi também uma forma de os governistas abordarem o tema. "É o apoio ao projeto de continuidade do governo Fernando Henrique que tinha uma visão de arrocho salarial e de acobertamento à corrupção", criticou o ministro da Coordenação Política, Tarso Genro, elevando o tom contra os adversários. (HB e SL)

"O PSDB tem a grande responsabilidade que é explicar por que as irregularidades cometidas no governo do PSDB restaram impunes"

MINISTRA DILMA ROUSSEFF, da Casa Civil